



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**JÉSSICA LUANA DOS SANTOS**

**A INVISIBILIDADE DO TRABALHO FEMININO E SUAS IMPLICAÇÕES NA  
SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE AS MÚLTIPLAS JORNADAS DE  
TRABALHO FEMININAS**

**NATAL/RN  
2025**

JÉSSICA LUANA DOS SANTOS

A INVISIBILIDADE DO TRABALHO FEMININO E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE AS MÚLTIPLAS JORNADAS DE TRABALHO FEMININAS

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade de Artigo apresentado ao curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Miriam de Oliveira Inácio.

NATAL/RN  
2025



Esta obra está licenciada com uma licença *Creative Commons* Atribuição 4.0 Internacional. Permite que outros distribuam, remixem, adaptem e desenvolvam seu trabalho, mesmo comercialmente, desde que creditem a você pela criação original. Link dessa licença: [creativecommons.org/licenses/by/4.0/legalcode](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/legalcode)

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN  
Sistema de Bibliotecas - SISBI  
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro Ciências Sociais Aplicadas - CCSA

Santos, Jéssica Luana dos.

A invisibilidade do trabalho feminino e suas implicações na saúde mental : uma análise sobre as múltiplas jornadas de trabalho femininas / Jéssica Luana dos Santos. - 2025.

36 f.: il.

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC (Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Curso de Serviço Social. Natal, RN, 2025.

Orientação: Profa. Dra. Miriam de Oliveira Inácio.

1. Saúde mental feminina - TCC. 2. Múltiplas jornadas de trabalho - Mulheres - TCC. 3. Divisão sexual do trabalho - TCC. I. Inácio, Miriam de Oliveira. II. Título.

RN/UF/Biblioteca Setorial Moacyr de Góes - CE CDU 331:618.89-055.2

JÉSSICA LUANA DOS SANTOS

A INVISIBILIDADE DO TRABALHO FEMININO E SUAS IMPLICAÇÕES NA SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE AS MÚLTIPLAS JORNADAS FEMININAS

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade de Artigo apresentado ao curso de graduação em Serviço Social, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

Prof(a). Dr(a). Miriam de Oliveira Inácio  
Orientador(a)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Prof(a). Dr(a). Verônica Maria Ferreira  
Membro interno  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Me(a). Maria Márcia de Oliveira Freire  
Membro externo  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Dedico este trabalho à minha avó, Jane Lúcia (In Memoriam), meu lar em vida e minha eterna saudade. E às suas filhas: Rosimeire, a personificação de bondade, Jandyra, meu exemplo de força, Janaína, minha mãe e o meu primeiro amor e Juliana, a perseverança em pessoa.

## AGRADECIMENTOS

Whalien 52 é uma canção inspirada na história da Baleia dos 52 Hertz, a criatura mais solitária do mundo. Por vezes que me senti como ela, vocês me mostraram que eu estava errada, eu nunca vou estar sozinha. Por isso, agradeço a cada uma das pessoas que fizeram e fazem parte da minha trajetória, contribuindo para eu me tornar a Jéssica Luana que tenho orgulho de ser.

Agradeço a minha voinha, Jane Lúcia, a que me criou com todo o seu amor e carinho. A que dedicou 18 anos dos seus 61 para mim, a que fazia meu lanche de todos os dias, mesmo que tivesse retirado todas as bocas do fogão para limpar, a que dormia comigo nas noites que minha mãe não podia estar, a que assistia todas as novelas mexicanas e todos os programas de investigação comigo, a que garantia que todos de casa fizessem meus gostos, a que reclamava quando eu não arrumava meu quarto ou quando não deixavam os copos como ela queria, a que me levava para escola todos os dias, que nunca deixava de comprar meu batom ou minha comida preferida, a pessoa que eu mais sinto falta e a que me ensinou tanto, mesmo com suas próprias limitações. Fui feliz nesses, tão poucos, 18 anos ao seu lado, vovó. Espero que consiga sentir todo o meu amor de onde estiver. Agradeço às filhas de Jane Lúcia, meus maiores exemplos para a construção deste trabalho: Janaína, Jandyra, Rosimeire e Juliana.

Agradeço a minha mãe, meu tudo, Janaína. A que sempre fala com os olhos brilhando de orgulho que eu fui e sou o seu maior presente. A que dedicou toda a sua vida a mim, desde o primeiro segundo em que descobriu que estava me esperando. Meu porto seguro, meu exemplo de vida, de lealdade, coragem e força. Vou guardá-la em meu coração e as lembranças jamais mudarão. Obrigada por fazer de tudo para garantir meu futuro. Eu te amo, Ninha.

Agradeço a minha tia, Jandyra. Deus foi tão bondoso comigo que não me deu somente uma mãe, me deu duas. Meus maiores presentes. A que dedicou toda a sua juventude em estudar, me criar e cuidar da família. A que mesmo que quisesse que eu seguisse a mesma área, sente orgulho do caminho que escolhi. A que fez eu ter uma visão mais bonita do cuidado e zelo pelo outro. Meu exemplo de que nós podemos conquistar tudo o que sonhamos, através dos estudos e da dedicação. Eu te amo, Titia.

Agradeço a minha tia, Rosimeire. A que me ensinou sobre fé, espiritualidade, coragem e bondade. A que me mostrou que existe um amor tão lindo dentro de nós e a que garantiu que tudo ia dar certo, apesar das dificuldades, sempre com um sorriso no rosto.

Obrigada pelo cuidado com a nossa família, pelo meu primo Arthur, e pelas suas orações que são nossa base. Eu te amo, Rose.

Agradeço a minha tia, Juliana. Minha mestre no karatê, minha primeira patroa e mãe dos meus amores, Pedro e Maria. Agradeço a Deus por ter dado uma oportunidade tão incrível de se reconstruir quando tudo parecia que ia desmoronar e agradeço a senhora por fazer com que eu seja parte desse processo, contribuindo para minha evolução profissional e social. Obrigada pelo incentivo, pelas tardes de brigadeiro, além do apoio emocional e espiritual. Eu te amo, minha Jujuzinha, meu bem.

Agradeço também às minhas amigas: Thamy, Ester e Iulia. A Thamy por estar comigo desde que eu me entendo por pessoa. A que nunca mudou apesar da distância, a que eu posso contar sempre que precisar, desde pintar o cabelo a ficar comigo tarde da noite no dentista. Você é a irmã mais nova que Deus colocou na minha vida e eu sou eternamente grata pelo nosso companheirismo e nossa amizade. A Ester e Iulia, as amigas que a UFRN colocou em minha vida de uma forma tão desastrosa no começo, mas que agora, me parece a escolha mais certa de todas. Obrigada por fazerem parte da minha trajetória acadêmica, por me ensinarem sobre lealdade e a confiar mais em mim. Eu amo vocês, Bi, Esterzinha e Coxinha.

Agradeço ao amor da minha vida, Leticia Lauane. Obrigada por aparecer na minha vida quando eu não estava esperando, por me ensinar a amar, cuidar, e zelar pelos nossos e por nós. O processo seria bem mais difícil sem você do meu lado, princesa. Obrigada pela sua dedicação comigo, pelos constantes incentivos e por confiar em mim mesmo quando eu perdia as esperanças. Uma vez me disseram que eu via o mundo todo em preto e branco. Teimosa e cabeça dura que sou, disse que não era verdade. Mas agora, eu consigo entender que via tudo cinza, sem fé alguma. E você, como a companheira que escolhi passar o resto da minha vida, me fez enxergar as cores de novo, a vida bonita do jeito que ela é e em como nós ainda a podemos transformá-la. Eu te amo daqui pra sempre.

Por fim, agradeço à minha orientadora, Miriam Inácio, por toda paciência e dedicação a este trabalho que possui motivação tão significativa.

“Que nada nos defina, que nada nos sujeite.  
Que a liberdade seja a nossa própria  
substância, já que viver é ser livre”.

(Simone de Beauvoir)

**A INVISIBILIDADE DO TRABALHO FEMININO E SUAS IMPLICAÇÕES NA  
SAÚDE MENTAL: UMA ANÁLISE SOBRE AS MÚLTIPLAS JORNADAS  
FEMININAS**

**THE INVISIBILITY OF WOMEN'S WORK AND ITS IMPLICATIONS ON MENTAL  
HEALTH: AN ANALYSIS OF MULTIPLE WOMEN'S JOURNEYS**

Jéssica Luana dos Santos

**RESUMO**

O presente artigo objetiva analisar como as múltiplas jornadas de trabalho afetam a saúde mental das mulheres no Brasil, explorando as relações sociais de sexo, classe e raça. O estudo, portanto, segue na discussão sobre a divisão sexual do trabalho e sua ligação com o trabalho profissional e o trabalho de cuidados, apresentando suas características no contexto de uma sociedade capitalista regida pelo patriarcado e racismo, o que possibilita a compreensão das consequências das múltiplas jornadas de trabalho para a saúde mental do público feminino. Os procedimentos metodológicos da investigação envolveram uma pesquisa bibliográfica fundamentada em artigos publicados no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), Congresso Brasileiro de assistentes sociais (CBAS), um artigo submetido ao Scientific Electronic Library Online (ScieELO) e um artigo recolhido do Google Acadêmico, embasada em dados estatísticos sobre o tema exposto. Nesse sentido, o artigo é de cunho qualitativo e exploratório, alicerçado nas concepções de autores/as que abordam as determinações do modo de produção capitalista, a divisão sexual do trabalho e suas construções sociais de definição de papéis atribuídos a homens e mulheres. Os resultados do estudo demonstram que a sobrecarga do trabalho profissional e de cuidados realizado pelas mulheres afeta sua saúde mental, expressas nas situações de sobrecarga física, emocional, além de quadros de depressão, ansiedade e estresse.

Palavras-chave: Saúde mental feminina; Múltiplas jornadas de trabalho femininas; Divisão Sexual do Trabalho.

## ABSTRACT

The present article aims to analyze how multiple working hours affect women's mental health in Brazil, exploring social relations of sex, class, and race. The study, therefore, continues the discussion on the sexual division of labor and its link to professional work and care work, presenting their characteristics in the context of a capitalist society governed by patriarchy and racism, which allows for understanding the consequences of multiple working hours on women's mental health. The investigation's methodological procedures involved a bibliographic search based on articles published in the National Meeting of Social Work Researchers (ENPESS), the Brazilian Congress of Social Workers (CBAS), an article submitted to the Scientific Electronic Library Online (ScieELO), and an article collected from Google Scholar, supported by statistical data on the exposed theme. In this regard, the article is qualitative and exploratory, founded on the conceptions of authors who address the determinations of the capitalist mode of production, the sexual division of labor, and their social constructions of defining roles attributed to men and women. The study results demonstrate that the overload of professional and care work performed by women affects their mental health, expressed in situations of physical and emotional overload, in addition to conditions of depression, anxiety, and stress.

Keywords: Women's mental health; Multiple work shifts for women; Sexual Division of Labor.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b>	<b>9</b>
<b>2. O trabalho feminino no sistema capitalista: uma análise a partir das relações sociais de sexo, classe e raça.</b>	<b>11</b>
2.1. Modo de produção capitalista e sua ligação com a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo	11
2.2. Múltiplas jornadas de trabalho e consequências para a saúde mental feminina: particularidades no Brasil e em Natal/RN	14
<b>3. Análise dos artigos: perspectivas e debate conclusivo</b>	<b>18</b>
3.1 A divisão sexual do trabalho e sua relação com o trabalho formal e de cuidados feminino no Brasil	19
3.2. As implicações das múltiplas jornadas de trabalho na saúde mental das mulheres	23
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>27</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>29</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Este artigo trata do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Sua proposta segue em analisar quais as implicações que as múltiplas jornadas de trabalho acarretam para a saúde mental das mulheres, a partir da discussão das relações sociais de sexo, classe e raça apresentadas pelas principais autoras Danièle Kergoat (2009) e Helena Hirata (2007), entre outras que debatem esse tema, seguindo as perspectivas do debate no interior de uma sociabilidade capitalista.

O objetivo geral do estudo segue em analisar as consequências das múltiplas jornadas de trabalho na saúde mental das mulheres no Brasil, a partir das relações sociais de sexo, classe e raça. Prosseguindo, os objetivos específicos seguem na discussão acerca da divisão sexual do trabalho e sua relação com o trabalho profissional e o trabalho de cuidados feminino no país, além de investigar como as múltiplas jornadas de trabalho afetam a saúde mental das mulheres, trazendo os dados estatísticos sobre as condições de saúde mental do público feminino, com particularidades em Natal/RN. Desse modo, o estudo abordará os objetivos seguindo na fundamentação teórica baseada nas autoras Kergoat (2009) e Hirata (2007), além de explorar os artigos escolhidos para a pesquisa bibliográfica e os dados trazidos ao longo do estudo.

Nesse sentido, a pesquisa, de cunho qualitativa e exploratória, fundamentada no materialismo histórico-dialético, abordará como a divisão sociossexual do trabalho rebate nas formas de trabalho das mulheres no Brasil, trazendo alguns dados e particularidades de Natal/RN, nos âmbitos do trabalho de cuidados não remunerado e do trabalho profissional precarizado, que no modo de produção capitalista mescla opressão com exploração, tornando o trabalho das mulheres precarizado e subalterno.

Logo, o artigo segue em uma análise de outros trabalhos apresentados no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) do ano de 2024, no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) dos anos de 2019 e 2022, além do artigo submetido ao Scientific Electronic Library Online (SciELO) de 2022 e outro artigo recolhido por meio da ferramenta de pesquisa gratuita Google Acadêmico do ano de 2011, totalizando 10 artigos para investigação. Importante salientar que foram escolhidos dois artigos que não foram retirados do ENPESS e CBAS para que fosse possível analisar como os outros autores de outras áreas abordaram o tema proposto. As pesquisas foram escolhidas com base nos descritores saúde mental feminina, divisão sexual do trabalho, saúde mental e trabalho

feminino e múltiplas jornadas de trabalho femininas, os quais permitiram a seleção de artigos circunscritos ao tema do trabalho feminino e suas implicações na saúde mental das mulheres. Sendo assim, eles abordam o debate da divisão sexual do trabalho, aspecto da divisão social do trabalho e seus rebatimentos no trabalho feminino, trazendo pesquisas de campo, relatos de mulheres submetidas ao trabalho de cuidados, além das narrativas sobre a “conciliação” dessas diversas demandas e sua influência no bem-estar físico e, principalmente, mental.

O presente artigo, ao fazer a análise de outros trabalhos baseados na fundamentação teórica que articula o sistema capitalista com a divisão sexual do trabalho e sua associação com as formas de trabalho presente na vida das mulheres, trará dados estatísticos que comprovem e conversem com a situação exposta. Nesse sentido, será apresentado o percentual de adultos com mais de 18 anos que referiram diagnóstico médico de depressão, índice revelado através da pesquisa da Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico (Vigitel) do ano de 2023, além de dados retirados do relatório “Esgotadas”, de 2023, idealizado pela organização não governamental Think Olga, em que é mostrado os resultados das entrevistas realizadas com 1.078 mulheres, de 18 a 65 anos, em todos os estados do Brasil. O relatório aborda os índices de insatisfação com as áreas da vida e como o empobrecimento de mulheres, insatisfação com o trabalho e a sobrecarga de demandas afetam sua saúde mental.

O artigo, portanto, segue estruturado na presente introdução ao tema, as consequências das múltiplas jornadas de trabalho para a saúde mental das mulheres. Logo após, em seu segundo capítulo, o trabalho se organiza na discussão acerca do trabalho feminino no sistema capitalista, em que se discute o trabalho como categoria central do modo de produção capitalista, suas forma de organização de atividades e como esse ponto rebate nas relações sociais de sexo, classe e raça, atribuindo funções construídas socialmente para os homens e mulheres, sendo estas as responsáveis pela reprodução social e, ao serem inseridas no mundo do trabalho profissional, são pressionadas a “conciliar” todas as demandas. Em seguida, o artigo apresenta a discussão sobre saúde mental e como as dificuldades de conciliação entre aliar as atividades de cuidado e o trabalho profissional precarizado impactam no seu bem-estar psicológico, abordando o relatório da Think Olga, apresentando as formas de trabalho das mulheres na esfera produtiva e reprodutiva e trazendo os dados obtidos pela pesquisa da Vigitel, em que os índices de Natal/RN são analisados.

Em sequência, o estudo apresenta em seu terceiro capítulo a pesquisa bibliográfica contendo a análise dos 10 artigos selecionados para a investigação do tema. Nesse sentido, a investigação dos artigos se divide em dois subtemas. O primeiro refere-se à discussão do

trabalho de cuidados não remunerado e o trabalho formal, apresentando as entrevistas, pesquisas de campo e estudos de caso que os autores se propuseram a apresentar. O segundo tópico discute o trabalho de cuidados na perspectiva das mulheres, como elas identificam o seu próprio adoecimento mental e como a sobrecarga de atividades e demandas impostas interferem nas suas vidas. Desse modo, será apresentado as consequências propriamente ditas da sobrecarga de trabalho.

Por fim, o trabalho segue com as considerações finais das análises dos artigos escolhidos, bem como a interpretação dos dados obtidos pelas pesquisas e relatórios, em que se afirma que a saúde mental das mulheres sofre impactos, tendo em vista o modo de produção capitalista vigente. A motivação da pesquisa surge a partir das observações realizadas em um contexto familiar particular, em que se pode notar os rebatimentos da sobrecarga do trabalho de cuidados não remunerado e o trabalho formal precarizado nas condições físicas e psicológicas das mulheres da família. Além disso, considera-se o campo de estágio curricular obrigatório, realizado no Ambulatório de Saúde Mental, em Natal/RN, como uma experiência motivadora, em que a maior parte dos/as usuários/as do dispositivo eram mulheres em situação de cuidadora do lar ou com discursos que remeteram a ansiedade e estresse decorrentes da sobrecarga de demandas.

## **2. O TRABALHO FEMININO NO SISTEMA CAPITALISTA: uma análise a partir das relações sociais de sexo, classe e raça.**

Este capítulo trata do debate acerca do trabalho e como ele se torna central para a discussão sobre a sociabilidade no modo de produção capitalista, entendendo sua disposição na sociedade, que remete à divisão sexual do trabalho ligada às relações sociais de sexo, estruturação construída para definir a organização e os papéis sociais atribuídos aos homens e mulheres. Dessa forma, procura-se entender a divisão social e sexual do trabalho para que assim seja possível analisar as condições de trabalho profissional realizado pelas mulheres, bem como as condições do trabalho de cuidados atribuído a elas. Nesse sentido, ao investigar essas condições, a pesquisa irá destrinchar os rebatimentos para a saúde mental do público feminino decorrente do acúmulo dessas atividades e as condições de trabalho a que as mulheres estão submetidas no sistema capitalista.

## 2.1. Modo de produção capitalista e sua ligação com a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo

Entendendo o trabalho como categoria central que permite a compreensão acerca das relações de produção e reprodução social, é possível analisar as formas de manutenção do modo de produção capitalista (MPC) na sociedade. Segundo Marx (2011), o trabalho se apresenta pela ação de transformação da natureza em condições úteis de vida, sendo, portanto, elemento humano e essencial para o desenvolvimento da sociedade. À medida que as transformações da natureza vão ocorrendo, por meio do ser-humano, o trabalho também o permite que mude a si mesmo enquanto ser social, tal relação denomina-se *homem x natureza* e *homem x homem*. Ou seja, é através do trabalho que existem as relações sociais (Braz; Netto, 2021).

No sistema capitalista, o trabalho se apresenta na relação contraditória entre duas partes: o capitalista - burguês - e o proletariado - trabalhador livre -. Dessa forma, o primeiro dispõe do dinheiro e dos meios de produção fornecendo um salário ao segundo, o trabalhador que vende sua força de trabalho como uma mercadoria, o qual leva uma determinada jornada e diferentes condições de subalternidade que se apresentam na exploração, opressão e desigualdade características desse modo de produção. Nesse sentido, a forma de geração de lucro e acúmulo de capital se concebe por meio da produção de mais-valia <sup>1</sup>, gerada no período em que o trabalhador vai além do tempo necessário para produzir o que seria para a sua própria manutenção e necessidades.

Conforme a lógica de que o trabalho interfere nas relações sociais e de manutenção e reprodução do capitalismo, é necessário que ele se organize na sociedade. Nesse sentido, cabe ressaltar as condições em que os homens e mulheres estão inseridos nesse modo de produção, o qual resulta nas suas construções sociais de hierarquização, dominação e exploração, que, de acordo com Kergoat (2009), são apresentadas como as relações sociais de sexo. As relações sociais de sexo possuem como base a divisão sexual do trabalho, considerada um aspecto da divisão social do trabalho, modo em que a sociedade organiza as diferentes atividades produtivas de distribuições de atividades e funções necessárias para a manutenção do sistema capitalista, conforme Rocha (2018).

---

<sup>1</sup> A mais-valia se caracteriza pela forma de exploração do sistema capitalista para se obter lucro, existindo a mais-valia absoluta e mais-valia relativa. A absoluta é realizada a partir do prolongamento da jornada de trabalho além do período necessário para a própria manutenção do trabalhador. Já a relativa se obtém por meio do encurtamento do trabalho necessário com métodos que aceleram o seu processo (Marx, 2006b, p.578 *apud* Loyola, 2009, p. 132).

Segundo Kergoat (2009), a divisão sexual do trabalho é uma forma de organização na sociedade que tem como característica a destinação dos homens à esfera produtiva, com um forte valor social, e a das mulheres à esfera reprodutiva.

A divisão sexual do trabalho parte de dois princípios organizadores. Ela define o primeiro como o princípio da separação, ou seja, é a divisão propriamente dita e socialmente organizada de diferenciação do trabalho dos homens e do trabalho das mulheres. O segundo princípio é o hierárquico, o qual define que o trabalho do homem é mais “valioso” do que o das mulheres. Os princípios seguem a lógica de papéis sociais pré-estabelecidos que remetem ao destino “natural” da espécie. Essa divisão, por não ser um dado rígido e imutável, permanece com seus princípios, mas também varia suas modalidades (Hirata; Kergoat, 2007). Rocha (2018) afirma que a divisão sexual do trabalho estabelece funções ditas femininas e masculinas, em que, historicamente, é função da mulher a responsabilidade pelos cuidados da casa e família, enquanto os homens são socialmente vinculados ao trabalho na esfera da produção.

A participação da mulher no mercado de trabalho aumenta, mas as segmentações, horizontais e verticais, entre empregos masculinos e femininos, perduram. As desigualdades de salário persistem, e as mulheres continuam a assumir o trabalho doméstico (Kergoat, 2006, p.94).

Engels (2010) afirma que a primeira divisão do trabalho se refere à construção dos papéis dos homens, destinados ao trabalho produtivo, e das mulheres para a procriação dos filhos, o que faz com que a força de trabalho feminina chegue a uma condição determinada (Engels 2010 *apud* Rocha, 2018). As autoras Hirata e Kergoat (2007) abordam o contexto histórico em que o trabalho doméstico, a partir das análises no campo das ciências sociais, passa a ser considerado uma atividade de trabalho tanto quanto o trabalho profissional, porém realizado de forma gratuita pelas mulheres, conforme os papéis sociais estabelecidos.

Essa nova maneira de pensar o trabalho teve muitas consequências. Por uma espécie de efeito boomerang, depois que “a família”, na forma de entidade natural, biológica, se esfacelou para ressurgir prioritariamente como lugar de exercício de um trabalho, foi a vez de implodir a esfera do trabalho assalariado, pensado até então apenas em torno do trabalho produtivo e da figura do trabalhador masculino, qualificado, branco (Hirata; Kergoat, 2007, p. 98).

Seguindo no âmbito das relações sociais, Kergoat (2006) discorre que elas se manifestam nas formas crônicas de exploração, dominação e opressão e ao abordar suas formas, as relações se manifestam no cruzamento entre gênero, raça e classe, submetendo as mulheres que não estão incluídas no padrão universal a um contexto mais precarizado e desfavorável, produzindo efeitos violentos sobre a mulher negra e pobre Gonzales (1984) *apud* Costa (2023).

Além disso, Kergoat (2010) aponta a ideia de consubstancialidade como uma forma de leitura das relações sociais de homens e mulheres tendo como fundamento a divisão sexual do trabalho. Nesse sentido, classe, gênero e raça são coextensivas, ou seja, se fazem presentes de forma simultânea, não se somando, mas formando uma substância social interligada. Desse modo, ao citar Annie Dussuet, a autora aborda como as relações de gênero permitem que a exploração econômica se intensifique. Já sobre a reprodução de categorias racistas, Francesca Scrinzi *apud* Kergoat (2010, p. 101) discorre que: “as relações de trabalho no setor de serviços reforçam e reproduzem categorias [...] racistas e dão origem a uma estrutura de hierarquização social estabelecida sobre uma base “racial”.

Sob a construção dos papéis sociais atribuídos aos indivíduos, o trabalho feminino está incorporado na esfera da reprodução, essencial para assegurar uma futura força de trabalho compreendida em uma conjuntura capitalista, patriarcal e racista. Em um contexto histórico que define que o trabalho da mulher seja voltado para o de cuidados, elas se tornam as principais responsáveis pela manutenção do lar e garantia de uma futura força de trabalho. Desse modo, o trabalho de cuidados no lar não é reconhecido como um trabalho produtivo, visto que não produz mais-valia, embora seja a chave do sistema, ou seja, responsável pela produção da força de trabalho, ainda que seja realizada fora da produção capitalista, em um âmbito denominado família (Bhattacharya, 2019). Além disso, segundo Arruza (2015), a reprodução social é trabalho necessário organizado socialmente na divisão de que: quem gesta dá a luz, amamenta, prepara a comida, educa os jovens, cuida dos idosos e dos doentes e ainda realiza os afazeres domésticos. Analisando essa perspectiva, confirma-se que o trabalho reprodutivo é tão importante e tão exaustivo quanto o trabalho produtivo, porém é invisível, sem remuneração e naturalizado como amor (Alves, 2022).

O trabalho reprodutivo feito gratuitamente no espaço doméstico é estratégico para o processo de acumulação capitalista e, uma vez que é majoritariamente de responsabilidade das mulheres, é fundamental para a sustentação do patriarcado, ou seja, para manutenção do poder dos homens (Ávila, Ferreira, 2014, p. 21).

Já sob a perspectiva do trabalho formal, as mulheres são afetadas pela precarização e segmentação, o que pode levar a uma jornada de trabalho irregular que dificulta a conciliação do trabalho produtivo e reprodutivo (Ávila; Ferreira, 2014). Sob o contexto histórico de desenvolvimento tecnológico e globalização do capital, ao trazer mudanças no mundo do trabalho, demandando uma maior força de trabalho, as mulheres são incorporadas no processo produtivo. Porém, para garantia de uma acumulação e geração de lucro para o capital, é necessário um menor custo de produção, criando-se uma “nova preferência pelo emprego das mulheres”, já que, de acordo com Benería (1994) *apud* Brito (2000), sua força de trabalho é

considerada barata em qualquer região do planeta, gerando uma precarização e vulnerabilização do público feminino nos setores de produção.

Além disso, a precarização engloba o processo de trabalho feminino por se manter incerto e inconstante, mantendo ainda um reforçamento de desvantagens vividas por elas, pois ainda são as responsáveis pela esfera reprodutiva enquanto compartilham com os homens, de forma unânime ou não, a provisão financeira (Souza; Guedes, 2016). Mesmo que a participação das mulheres no mercado de trabalho tenha se ampliado, a construção acerca da configuração dos homens e mulheres na sociedade não se alterou, o que exige a responsabilidade de carregar consigo as tarefas domésticas e de cuidado, como afirma Ávila e Ferreira (2014).

## **2.2. Múltiplas jornadas de trabalho e consequências para a saúde mental feminina: particularidades no Brasil e em Natal/RN**

Ao mesmo tempo em que as mulheres foram submetidas ao trabalho na esfera produtiva, desde já, precarizado e perpassado por uma mesclagem de exploração e opressão por parte do modo de produção capitalista, elas continuaram a exercer seus papéis construídos e influenciados socialmente por esse mesmo modo de produção, o qual não exerce sua função de explorar sem o intermédio do racismo e patriarcado. Portanto, as mulheres agora se inserem no âmbito produtivo, porém não perdem as demandas recorrentes da esfera reprodutiva, não se limitando às tarefas domésticas, mas compreendendo todas as atividades necessárias à manutenção e reprodução da vida, o trabalho de cuidados.

Nessa circunstância, Ávila e Ferreira (2014) apresentam o debate acerca das condições em que as mulheres estão inseridas no contexto de tentar conciliar o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo. As autoras abordam a necessidade de entender essas condições vivenciadas pelo público feminino, as quais diferem das condições apresentadas ao público masculino inseridos na sociabilidade capitalista.

A produção da tensão cotidiana gerada pela divisão entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, que os homens majoritariamente não experimentam, que leva ao cansaço, sofrimentos, culpa, preocupação, e a exigência de uma disponibilidade permanente para o trabalho, só é possível de ser visibilizada e analisada a partir da experiência concreta das mulheres no cotidiano, o que implica conhecer os ritmos, as condições e as relações de trabalho vivenciados pelos sujeitos (Ávila; Ferreira, 2014, p. 38).

Compreendendo a relação de conciliar o trabalho produtivo e reprodutivo, entende-se que as mulheres estão integradas em um cenário desigual de “tarefas extensivas, intermitentes

e intensivas”, termo apresentado por Ávila (2009), ou seja, são demandas que ocupam uma grande, se não a maior, parte do tempo das mulheres, além de serem fragmentadas e que exigem um esforço físico ou mental. Esse contexto de múltiplas atividades desenvolvidas por elas acarretam uma série de consequências físicas ou psicológicas supracitadas pelas autoras. Além disso, as exigências, formas de exploração e opressão são relativas quando se compara e são vivenciadas por homens e mulheres. Ainda, as autoras Ávila e Ferreira (2014) analisam que a conquista de um trabalho remunerado permite uma renda própria, além de possibilitar o enfrentamento das relações de subordinação, porém, a entrada no mercado de trabalho significa, para as mulheres, o enfrentamento de um outro conjunto de desigualdades e precarização vivenciadas nesse âmbito.

Cabe salientar que as condições precárias de trabalho que as mulheres enfrentam somado às demandas do trabalho de cuidados, além das suas próprias formas de autocuidado, muita das vezes esquecidas nesse processo de produção e reprodução, podem interferir em aspectos físicos e psicológicos. De acordo com Alves (2022), em um estudo que teve como pergunta base: “como as mulheres explicam o próprio sofrimento psíquico?”, realizada com usuárias do Centro de Atenção Psicossocial II (CAPS II), foi identificado que, em relação ao trabalho doméstico, as mulheres eram as principais responsáveis pelos afazeres do lar e pelo cuidado com os outros familiares e ainda mantinham essa forma de trabalho com o trabalho informal e formal fora de casa, o que compactua para uma sobrecarga psíquica.

Abordando essa perspectiva com as mulheres do Brasil, a Think Olga (2023)<sup>2</sup> trouxe o relatório “Esgotadas”<sup>3</sup> que aborda como a sobrecarga do cuidado, o empobrecimento e o sofrimento psíquico afetam as mulheres no país, incorporando a perspectiva de gênero e suas interseccionalidades com raça e classe para entender as relações sociais e as condições de saúde mental. A pesquisa revela que, conforme as respostas das mulheres entrevistadas, o nível de insatisfação com a situação financeira e a conciliação das diferentes áreas da vida têm os piores índices de descontentamento e influenciam diretamente seu bem-estar emocional e subjetivo. Somado a isso, em relação a qual área da vida que mais impactam na saúde mental, a sobrecarga de trabalho doméstico, bem como a jornada de trabalho excessiva, são um dos

---

<sup>2</sup> A Think Olga é uma organização não governamental (ONG) que busca, por meio de uma comunicação aliada à tecnologia e estratégias de educação, criar uma forma de conversar e sensibilizar a sociedade para as questões de gênero e interseções, atuando com a sociedade civil (Think Olga).

<sup>3</sup> O relatório “Esgotadas” é uma pesquisa realizada pela Think Olga, a qual aborda ações para uma implementação de uma política de cuidados e promove o fortalecimento para políticas de transferência de renda e atenção à saúde mental do público feminino no Brasil. A pesquisa foi realizada no ano de 2023 enumerando a participação de 1.078 mulheres de todas as regiões do país, além de contar com entrevistas com as psicólogas: Debora Elianne, Jaqueline Gomes de Jesus e Juliane Callegaro Borsa com adição da antropóloga e psicanalista Regina Facchini. (Think Olga, 2023).

fatores que contribuem para o adoecimento mental das entrevistadas. Já quando perguntadas sobre as relações interpessoais, os fatores levam ao sofrimento psicossocial são: a árdua jornada de cuidado/trabalho doméstico, conforme mostrado, em percentual, no quadro 1 a seguir. Como afirma Borsa (2023) *apud* Think Olga (2023), as mulheres chegam sobrecarregadas em 2020, mas permanecem sobrecarregadas em 2023, sendo a sobrecarga uma das principais razões de adoecimento das mulheres.

Quadro 1 - Índice de insatisfação com as áreas da vida que impactam a saúde mental

Fatores de insatisfação	Sobrecarga de trabalho doméstico	Jornada de trabalho excessiva	Árdua jornada de cuidado/trabalho doméstico
Percentual (%)	22%	20%	20%

Fonte: Think Olga (2023)

Importante destacar que a pesquisa traz dados sobre pobreza, um dos principais fatores que permeiam a questão de saúde mental pelas limitações de recursos essenciais para o cuidado em saúde. Nesse sentido, dados da Organização das Nações Unidas (ONU), apresentados pela Think Olga, revelam que mais de 70% das pessoas que vivem em situação de pobreza no mundo são mulheres. Ainda, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), as mulheres são as únicas provedoras em 38% dos lares, o que gera uma pressão em conciliar o trabalho de cuidados com a necessidade de gerar renda para sua própria sobrevivência.

O trabalho de cuidado envolve muitas horas e tempo dedicado ao cuidado com a casa e com as pessoas: dar banho e fazer comida, fazer faxina, comprar os alimentos que serão consumidos, cuidar das roupas (lavar, estender e guardar), prevenir doenças com boa alimentação e higiene em casa, cuidar de quem está doente, fazer café da manhã, almoço, lanches e jantar para os filhos, educar, e segue por horas a fio (Think Olga, 2023).

Ademais, pode-se observar como os dados da pesquisa realizada pela Think Olga reverberam na situação das mulheres do Nordeste, principalmente em Natal/RN. Aqui, os dados do relatório trazido pelo Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) do ano de 2023, uma pesquisa nacional elaborada pelo Ministério da Saúde no Brasil que promove o monitoramento de doenças

crônicas, revela que Natal/RN<sup>4</sup> é a capital do Nordeste com o maior índice de depressão, conforme apresentado no quadro 2 abaixo. Comparando o índice de Natal com as capitais dos estados da Paraíba, Ceará e Pernambuco, também presentes no quadro, pode-se notar o elevado percentual de mulheres diagnosticadas com a doença em relação ao público masculino, indo de acordo com a capital do Rio Grande do Norte, Salvo Fortaleza, em que a diferença do percentual entre o público feminino e masculino é menor.

Quadro 2 - Índice de diagnósticos de depressão por sexo

Categoria	Percentual (%) - João Pessoa/PB	Percentual (%) Fortaleza/CE	Percentual (%) - Recife/PE	Percentual (%) - Natal/RN
Total (ambos os sexos)	10,3%	13,2%	11,8%	13,2%
Masculino	5,7%	16,6%	8,1%	8,5%
Feminino	14,2%	15,6%	14,7%	17,3%

Fonte: Vigitel (2023)

Ao trazer particularidades dos dados de Natal/RN, vale ressaltar e comparar com os dados obtidos nas outras regiões do Nordeste em que a diferença de percentual de adultos diagnosticados com depressão é parecida com a capital do Rio Grande do Norte, diferente de Fortaleza, o que sugere uma ligação e a confirmação dos dados obtidos através do relatório. Nota-se que há uma predominância de depressão entre as mulheres em Natal, mais que o dobro do índice do público masculino. Importante salientar que o relatório da Think Olga faz uma análise do ano de 2023, após a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretar o fim da emergência sanitária global causada pela pandemia da Covid-19, para que assim, seja possível discorrer sobre a saúde mental das mulheres no período pós-pandemia, o que leva ao resultado de quase metade das entrevistadas possuírem diagnóstico relacionado a doenças que acometem a saúde mental, com um agravamento de mais de 60% de novos casos de depressão

<sup>4</sup> O relatório retirado da Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) é realizado pelo Ministério da Saúde e retira seus dados através de entrevistas telefônicas com uma amostra da população adulta. Nesse caso, os resultados analisados de Natal/RN, bem como os dados das demais capitais do Nordeste, se referem às respostas dos entrevistados, considerando uma margem de erro (Vigitel, 2023).

e ansiedade, além de apresentarem os fatores da situação financeira, dívidas e sobrecarga de trabalho como agravantes que impõe o sofrimento biopsicossocial.

É necessário frisar que a pesquisa da ONG Think Olga revela que a depressão é a segunda doença relacionada à saúde mental que mais aparece quando perguntadas sobre diagnósticos médicos, com a ansiedade em primeiro lugar. A entrevista ocorreu em todas as regiões do país, como já citado, com a região do Nordeste ocupando o segundo lugar no que se refere ao número de participantes. Interpretando os dados obtidos, pode-se observar que no ano de 2023, quase metade das entrevistadas foram diagnosticadas com algum tipo de doença relacionada à saúde mental e, ao serem perguntadas sobre sentimentos frequentes no dia, a ansiedade e estresse aparecem no topo da lista, além de sintomas como tristeza, perda de interesse, baixa autoestima e irritabilidade estarem presentes ao decorrer do seu cotidiano.

A OMS define a saúde mental como um estado de bem-estar emocional, psicológico e social, indo além do conceito de diagnósticos, em que o indivíduo seja capaz de lidar com as tarefas do cotidiano, contribuindo para a sociedade, de modo que utilize suas habilidades cognitivas e emocionais. Sendo assim, a saúde mental considera os recursos sociais e ambientais, não sendo somente a ausência de transtornos (Think Olga, 2023). Aqui, reitera-se a importância em compreender como a manutenção do modo de produção capitalista, que visa atender as demandas da classe dominante, está ligado ao fato de que as questões de saúde mental da população estão relacionadas ao modo de exploração, opressão e subordinação de uma classe perante a outra. É possível observar como os resultados da pesquisa desenvolvida pela ONG abordam como a sociedade se comporta aos impactos do capitalismo, que não preza pelo bem-estar do ser humano (A Verdade, 2024).

### **3. ANÁLISE DOS ARTIGOS: PERSPECTIVAS E DEBATE CONCLUSIVO**

Este capítulo trata da análise de três artigos dos anais de 2024 do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), organizado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS; dois artigos dos anais de 2019 e três artigos de 2022 do Congresso Brasileiro de assistentes sociais (CBAS), além de um artigo de 2022 submetido ao Scientific Electronic Library Online (SciELO) e um artigo recolhido do Google Acadêmico, apresentado no ano de 2011, perfazendo um total de 10 artigos. As pesquisas citadas foram encontradas com base nos descritores: divisão sexual do trabalho, saúde mental feminina, múltiplas jornadas de trabalho femininas, saúde mental e trabalho feminino, os

quais permitiram selecionar os artigos sobre o trabalho feminino e suas implicações na saúde mental. A partir dessa revisão, pode-se observar como as pesquisas discorrem sobre a divisão sexual do trabalho, sua associação com as relações sociais de sexo, permeadas no modo de produção capitalista, e quais são os impactos para a saúde mental do público feminino.

### 3.1 A divisão sexual do trabalho e sua relação com o trabalho formal e de cuidados feminino no Brasil

A partir do debate inicial sobre o trabalho como categoria central para o acúmulo do modo de produção capitalista, a forma em que os homens e mulheres se inserem na organização e gerenciamento do trabalho, entendido a partir da divisão social e sexual do trabalho, apoiado nas relações sociais de sexo, classe e raça, será feita uma revisão de como os artigos escolhidos tratam o debate acima. Segue os artigos analisados abaixo:

Fonte	Artigos				
CBAS	“Por que elas enlouquecem? reflexões críticas feministas acerca do sofrimento biopsicossocial de mulheres” (Dantas, 2019);	“Mulheres e mercado de trabalho: uma análise sobre a precarização do trabalho feminino” (Souza; Souza, 2019);	“Reflexões sobre a saúde mental na sociabilidade capitalista: o suicídio como questão social de gênero” (Batalha; Cavalcante, 2022);	“Não tenho onde deixá-la durante o dia’: o serviço social e o cuidado em saúde mental” (Cruz <i>et al</i> , 2022);	“Gênero e trabalho: algumas aproximações para compreensão dos adoecimentos decorrentes do trabalho” (Tiburtino; Silva, 2022)
ENPESS	“Cuidado, sobrecarga de gênero reforma psiquiátrica : reflexões sobre a incorporação do problema na embrionária política nacional de cuidados”	“As interfaces dos resultados pesquisas na área de saúde mental de mulheres seus determinante	“A responsabilização das mulheres no trabalho cuidado com pessoa idosa” (Pereira, 2024);		

	(Macharet, 2024);	s sociais” (Matos; Albuquerque, 2024);			
Google Acadêmico	“Perspectivas atuais sobre a sobrecarga do cuidador em saúde mental” (Cardoso <i>et al</i> , 2011).				
SciELO	“Sofrimento psíquico na totalidade capitalista: experiências de mulheres” (Alves, 2022)				

Os artigos de Tiburtino e Silva (2022) e de Souza e Souza (2019) partem da inserção das mulheres no mercado de trabalho, decorrente da crise econômica de 1970 que gerou transformações no mundo profissional com a transição do modelo de acumulação fordista/taylorista<sup>5</sup> para o toyotista, sistema econômico baseado em um desenvolvimento tecnológico e gestão organizacional, visando uma maior exploração da classe trabalhadora, aumento da produtividade e qualidade dos produtos, acompanhados de uma flexibilização dos trabalhadores, ou seja, disposição da força de trabalho em função direta de exigências do mercado consumidor, variada, heterogênea e organizada em equipes com diversas funções. Devido a esse novo modelo, pode-se dizer que o que perdura no Brasil é: “[...] a precarização das relações de trabalho, redução ou perda de garantias trabalhistas, trabalho terceirizado, contrato de trabalho temporário, além do aumento do mercado informal de trabalho [...]” (Tiburtino; Silva, 2022, p.4).

Souza e Souza (2019) afirmam, ao citar Hirata (2009), que houve um aumento da atividade feminina em novas ocupações que surgem no âmbito dos serviços, conseqüente da globalização sobre o trabalho e emprego, porém, atrelado a serviços precarizados e vulneráveis. No interior das relações capitalistas de trabalho, os homens e mulheres são

<sup>5</sup> O modelo taylorista/fordista uniu a análise de Frederick Taylor e a divisão de tarefas repetitivas, à produção em massa e linha de montagem de Henry Ford, para que assim resultasse uma alta produtividade, padronização de produtos, redução de custos, homogênea e vertical. O trabalho se caracteriza como parcelado, repetitivo, fragmentado e cronometrado, levando o trabalhador a não se reconhecer como uma parte do processo produtivo (Pinto, 2013).

explorados de maneiras distintas, o que contribui para que o capital absorva a força de trabalho feminina de forma precarizada e desigual. As autoras esclarecem que a participação da mulher no mercado de trabalho deve ser analisada a partir das relações sociais, em que:

À medida que se aumentam os postos de trabalho das mulheres, há uma perduração na segmentação horizontalizada e verticalizada, a hierarquização entre empregos ditos femininos e masculinos, conforme delinea os padrões conservadores das relações de gênero. Percebe-se uma preeminência da mulher em assumir o trabalho doméstico, mesmo com a ocupação em postos de trabalho na arena pública (Tiburtino e Silva, 2022, p. 4).

Além disso, a concordância entre as autoras se faz clara ao discutir que as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são indissociáveis e que formam epistemologicamente o mesmo sistema, que possuem os princípios organizadores da separação e da hierarquização, de modo a se adaptar em cada sociedade, priorizando as mulheres na esfera reprodutiva e os homens a esfera produtiva. Desse modo, Souza e Souza (2022) discorrem que a superexploração da força de trabalho feminina, que mesmo incorporada ao mercado de trabalho, segue com a percepção de que as mulheres devem se encarregar do cuidado com o outro e dos afazeres domésticos. Ao citar Golveia (2004), as autoras expõem que quanto mais desiguais são as relações de gênero, maior a desigualdade na divisão do trabalho e que, além disso, “[...] a relação entre mulher, corpo/reprodução e trabalho está na fundação da dimensão discursiva da dominação capitalista/patriarcal materializada na divisão sexual do trabalho” (Ávila, 2011, p. 56 *apud* Souza; Souza, 2022, p. 6).

Sob a perspectiva de Alves (2022), a Teoria da Reprodução Social (TRS) é utilizada para entender como as relações de opressão de gênero e raça são produzidas de forma simultânea e imbricada à produção de mais-valia. Nesse sentido, o capitalismo, o racismo e o patriarcado se constituem em um sistema de dominação-exploração (Arruza, 2015 *apud* Alves, 2022). A autora discorre que o capitalismo cria uma nova configuração de família, em que separa o lugar de produção e o lugar de cuidados, sendo indispensável para a reprodução do sistema como um todo, visto que, seja através do trabalho doméstico gratuito ou do trabalho mal remunerado, é ideal para o sistema capitalista manter a exploração sobre as mulheres, por serem elas a produzirem a força de trabalho, além de que o capitalismo é um sistema integrado pelo racismo e patriarcado:

Seja através do trabalho doméstico gratuito ou do trabalho mal remunerado, é conveniente para o capital manter a exploração/dominação/opressão sobre as mulheres porque são elas quem majoritariamente produzem a força de trabalho a ser explorada pelo capital. Enquanto atividade humana prática que sustenta o sistema, o trabalho é corporificado (racializado e generificado) (Alves, 2022, p. 5).

Em relação ao trabalho doméstico, segundo os artigos de Cardoso *et al* (2011), Dantas (2019), Pereira (2024) e Macharet (2024), a mulher está à frente da conciliação do trabalho de cuidados não remunerado com trabalho formal remunerado. Além disso, Macharet (2024) apresenta dados que evidenciam o nível de ocupação de mulheres no mercado de trabalho sendo inferior ao dos homens: “[...] 66,2% versus 82,8%, quando sem crianças; com crianças de até seis anos, a diferença se amplia: 56,6% versus 89%.” (Macharet, 2024. p 3), além de, nesse cenário, haver uma predominância de mulheres em ocupações com tempo parcial, o que sugere a tentativa das mulheres em conciliar o tempo do trabalho de cuidados com o trabalho formal. Nesse sentido, a autora, citando Biroli (2015), defende que as formas como se organizam as relações sociais de cuidado são determinantes para a garantia da integridade física e psíquica de quem cuida, ou seja, o cuidado deve ser compreendido como trabalho, mesmo que não se encontre na lógica de produção de valor.

Segundo Dantas (2019) e Cardoso *et al* (2011), a responsabilidade do cuidador, em específico cuidador em saúde mental, recaem sobre as mulheres da família. Os autores analisam, através de pesquisas bibliográficas e de campo, que há um grande número de mulheres fora do mercado de trabalho que relatam que o espaço doméstico é o seu principal ambiente de trabalho e espaço de convivência no cotidiano.

Houve relatos de mulheres que tinham responsabilidade pelas tarefas domésticas desde a infância. Manter a limpeza e os cuidados do lar, responsabilizar-se pelos cuidados de irmãos (ãs) mais novos, serem responsáveis por comprar bebidas e cigarros para o pai e/ou mãe, dentre outras, eram responsabilidades dessas meninas. Assim, observa-se a influência dos papéis sociais de gênero em todo processo de desenvolvimento até chegar à fase adulta, uma vez que as mulheres, enquanto meninas, já eram responsáveis juntamente com suas mães pelas tarefas do lar, e a influência da família no acesso, consumo e abuso de álcool e outras drogas dessas mulheres (Dantas, 2022, p. 5).

Pereira (2024) aborda que interligado ao trabalho de cuidados no modo geral, até as atividades específicas são demandas para as mulheres, nesse caso o cuidado com a pessoa idosa, por meio de um papel construído e imposto socialmente às mulheres. Desse modo, a autora articula que o trabalho na esfera reprodutiva é imprescindível para todas as atividades cotidianas, além de ser para o acúmulo de capital, mesmo que seja invisibilizado e desvalorizado socialmente. Citando Nogueira (2010), a autora afirma que as mulheres são socialmente responsáveis pelas atividades domésticas mesmo exercendo um trabalho formal remunerado, o que gera um acúmulo e uma sobrecarga de atividades. Sendo assim, “a reprodução das relações sociais capitalistas de produção é também a reprodução da divisão sócio-sexual do trabalho” (Nogueira, 2010, p.59 *apud* Pereira, 2024, p.4).

Analisando os artigos de Matos e Albuquerque (2024), Batalha e Cavalcante (2022) e Cruz *et al* (2022), percebe-se a “questão social<sup>6</sup>” como base para compreender que ela não se dissocia das formas que toma o trabalho. Nesse sentido, Matos e Albuquerque (2024) compreendem a divisão sociosexual e racial do trabalho como uma forma do capitalismo continuar vigorando, utilizando da força de trabalho feminina de forma precarizada e subalterna. Citando Cisne (2015), a naturalização dos papéis destinados às mulheres serve aos interesses do capitalismo e ao seu projeto de alargamento dos lucros, reduzindo os gastos da reprodução da força de trabalho ao não considerar como um trabalho de fato.

Sendo assim, [...] a ‘questão social’ [...] tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital [...]” (NETTO, 2009, p.158), e, portanto, tem relação com a contradição das forças produtivas e de suas relações de produção e apropriação do excedente e da decisão privada de sua destinação (NETTO, 2009 *apud* Batalha; Cavalcante, 2022, p.3)

Conclui-se, portanto, que os artigos selecionados para uma análise da divisão sexual do trabalho e como essa relação permeia o trabalho atual do público feminino conversam e concordam entre si sobre como as relações sociais construídas e impostas socialmente afetam diretamente esse público. Além disso, vivendo sob o modo de produção capitalista vigente, o qual articula seu interesse em acumular capital sob uma perspectiva de exploração, dominação e opressão, impacta na sobrecarga de atividades que as mulheres possuem, na precarização e desvalorização do trabalho formal, bem como no contínuo interesse em responsabilizar a mulher nas atividades de cuidado, ou seja, as mantendo sob uma lógica de conciliar as demandas da vida pessoal, das atividades relacionadas ao trabalho de cuidado, além de se manter no mercado de trabalho formal.

### **3.2. As implicações das múltiplas jornadas de trabalho na saúde mental das mulheres**

Sob a perspectiva da análise das consequências que as múltiplas jornadas de trabalho podem acarretar na saúde mental das mulheres, iremos investigar como os/as autores/as dos artigos citados abordam essa relação. No que se refere ao trabalho de cuidados, é possível observar que Cardoso *et al* (2011) discorre sobre a sobrecarga dos/as cuidadores/as em saúde mental, destacando que podem ser representados pelos/as profissionais da saúde, os/as

---

<sup>6</sup> Tanto a Questão Social como a desigualdade são elementos centrais da sociabilidade capitalista. Sendo assim, a Questão Social se reformula e se redefine, mas permanece estrutural, constitutiva das relações capitalistas, se referindo a um conjunto de contradições desenvolvidas pelas desigualdades estruturais e desenvolvimento econômico do capitalismo. No âmbito do Serviço Social, a profissão se apresenta no conjunto de mecanismos reguladores da Questão Social, ou seja, a profissão se articula no combate às diferentes manifestações propiciadas pela Questão (Yazbek, 2018).

cuidadores/as formais, ou os/as informais, geralmente familiares e, principalmente mulheres. Nesse sentido, levando em consideração a maioria de mulheres que são encarregadas desse trabalho, o autor relata a grande chance dessa atividade se tornar uma fonte estressora, gerando sobrecarga ao cuidador. Seguindo o raciocínio, Pereira (2024), ao especificar o trabalho de cuidados com a pessoa idosa, intensifica a ideia de que, ao serem responsabilizadas pelas atividades do lar, viabilizando a reprodução das esferas produtivas e reprodutivas, as mulheres acabam acumulando demandas fora e dentro de casa, com o trabalho formal, o que gera um alto nível de sobrecarga física e emocional.

Macharet (2024) aborda, ainda, a tentativa de conciliação do trabalho de cuidados com o trabalho formal, evidenciando o trabalho de cuidados como uma atividade não remunerada exercida pelas mulheres, o que lhes confere experiências de exaustão, sofrimento psicossocial e adoecimento mediante seu exercício.

Nesse cenário, há um predomínio significativamente maior de mulheres (28%) que de homens (14,4%) em ocupações com tempo parcial– quase o dobro. Trabalhar em tempo parcial significa conciliar trabalho remunerado e não remunerado por meio de duplas jornadas (IBGE, 2024), o que se apresenta como a única forma possível para muitas mulheres. Também neste quesito há o predomínio de mulheres negras (30,9%, enquanto brancas representam 24,9%) (Macharet, 2024. p 3).

De acordo com as investigações de Cruz *et al* (2022), conforme a experiência de especialização do Serviço Social em uma enfermagem de psiquiatria/hospital dia, é possível notar que a apuração dos dados obtidos coincide com os estudos que demonstram a prevalência de adoecimento psíquico em mulheres associadas com a sobrecarga do trabalho doméstico. Vale salientar que mesmo com o Movimento da Reforma Psiquiátrica<sup>7</sup>, período de transformação do modelo manicomial para um em que as pessoas mantivessem seus vínculos familiares e sociais pautado na reinvenção de saberes e práticas, trazendo toda a família como um dos suportes aos que necessitam do cuidado, as mulheres são colocadas como as principais responsáveis por essa atividade.

Nesse sentido, é relevante questionar se os serviços substitutivos ao modelo asilar, que compõem a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) vinculada ao Sistema Único de Saúde (SUS), em particular os CAPS, imprimem suas ações com base numa perspectiva que reconheça a sobrecarga de gênero vinculada à feminilização do cuidado, tecendo estratégias para um compartilhamento efetivo do cuidado, bem como para o acolhimento dessas mulheres, ou se, nas contradições postas no cotidiano dos serviços, prevalecem posturas que reforcem ainda mais as relações de gênero hegemônicas (Macharete, 2024, p. 6).

---

<sup>7</sup> Movimento da Reforma Psiquiátrica se caracteriza por um processo da superação da violência asilar, mercantilização da loucura e de um modelo voltado ao hospital psiquiátrico, resultante da luta antimanicomial. Tem sua consolidação legal com a aprovação da Lei nº10.216/2001, que promove a proteção das pessoas em sofrimento biopsicossocial (Desinstitute, 2023).

Considerando os impactos do mercado de trabalho formal brasileiro na vida do público feminino, Tiburtino e Silva (2022), listam a terceirização, possibilitando a redução do nível salarial, as jornadas de trabalho mais longas, rotatividade e menor estabilidade, gerando um impacto significativo no aumento das doenças relacionadas a saúde mental, decorrentes da precarização e condições do trabalho. Citando Seligman-Silva (2011), as autoras afirmam que o trabalho feminino perpassa pela discriminação, superexploração, repressão, humilhação e desrespeito, que, ao ser somado com as múltiplas jornadas de trabalho e as cargas de trabalho excessivas, incidem na saúde geral dessas mulheres, principalmente, na saúde mental. Seguindo nessa perspectiva, Souza e Souza (2019) discorrem como as relações capitalistas de trabalho em que a força de trabalho da mulher é absorvida em condições precárias e desiguais:

Estão fartamente documentados os efeitos perversos desse tipo de emprego: ele reforça o estatuto já precário e subvalorizado dessas ocupações, geralmente, associadas à força de trabalho feminina. Ademais, a instabilidade desses novos empregos femininos possui consequências negativas para as condições de trabalho, de saúde, de salários, e para o modo de vida” (Hirata, 2009, p.152 *apud* Souza e Souza, 2019, p. 5).

Além disso, Souza e Souza (2019), citando Almeida (2017), abordam a ideia da condição de servidão imposta às mulheres e, embora seu trabalho seja desvalorizado, se torna um elemento funcional a lógica capitalista em que a apropriação do seu tempo de trabalho, de forma naturalizada, gera extensivas jornadas de trabalho que, por sua vez, geram um maior adoecimento e sobrecarga de responsabilidades.

Alves (2022) e Dantas (2019) trazem em seus trabalhos, entrevistas e relatos de experiência acerca do sofrimento psíquico na totalidade capitalista. Considerando o capitalismo, racismo e patriarcado que constituem um sistema de exploração e dominação, em que se configura as demandas, do espaço privado e público, e a quem essas demandas devem ser direcionadas, aqui as mulheres no espaço de reprodução e os homens no de produção, as autoras elucidam as experiências das mulheres nesses âmbitos e sua relação com o sofrimento biopsicossocial, partindo da ideia de que a saúde mental é atravessada por determinações variadas, ampliando a concepção de saúde não somente ao entendimento da ausência de doença, conforme a Constituição Federal de 1988.

Dantas (2019) realiza suas pesquisas em instituições de saúde pública de usuárias dos Centros de Atenção Psicossocial, Ambulatório Psiquiátrico, Hospitais Psiquiátricos, Unidades de Atenção Primária de Saúde etc. Seus estudos abordam mulheres economicamente pobres, de classe baixa, porém, não havia menção quanto a cor das participantes. Os relatos evidenciam opressões, violações e experiências de vida que se qualificaram como fator de risco para o desenvolvimento do sofrimento psíquico e adoecimento psicossocial. O estudo

trouxe exposições de mulheres que precisavam realizar suas responsabilidades domésticas desde a infância, a responsabilidade e sentimento de injustiça frente ao cuidado com os (as) filhos (as). Diante disso, o trabalho doméstico não remunerado e a sobrecarga das tarefas acumuladas e estabelecidas por um sistema que mescla opressão e exploração, são fatores motivadores de sofrimento.

Alves (2022), portanto, apresenta as experiências de mulheres quanto ao próprio sofrimento psíquico, contextualizando a ideia de convivência para o capital manter a exploração, dominação e opressão sobre as mulheres, seja através do trabalho doméstico gratuito ou trabalho formal mal remunerado e precarizado. Seguindo em um contexto familiar, foi apresentado às mulheres que estão acometidas pela sobrecarga tanto das atividades de cuidado como a tentativa de conciliação como trabalho fora de casa. Além disso, a autora analisa a quantidade de trabalho realizada pelo público feminino relacionado com a configuração do seu trabalho em si. Isso porque, por serem as que mais trabalham, são as mais pauperizadas, recebendo menos nos locais de trabalho e as que mais preenchem os trabalhos informais, desempenhando o trabalho não pago nas suas casas.

Como afirma Bhattacharya (2019), políticas voltadas para atender interesses da maioria das mulheres são as mesmas que prejudicam os lucros capitalistas. Não é interesse do sistema, portanto, ceder para que mulheres acessem mais direitos, pois qualquer mudança nas relações de gênero afeta seus lucros (Alves, 2022, p. 9).

Batalha e Cavalcante (2022), assim como Matos e Albuquerque (2024), partem da análise dos determinantes sociais da saúde mental das mulheres na sociabilidade capitalista, partindo da reflexão do suicídio como uma questão social de gênero. Nesse sentido, Batalha e Cavalcante (2022) examinam que o suicídio em mulheres pode ser visto enquanto manifestação da Questão Social, que inserido na sociedade capitalista, se entende como expressão da luta de classes. Utilizando Saffioti (2013), as autoras sugerem que a perspectiva feminista deve se vincular às relações sociais de sexo e classe, além de que o problema da mulher não deve ser algo isolado da sociedade.

Dito isso, o suicídio em mulheres precisa ser entendido como um problema estrutural, necessitando se buscarem as suas causas materiais, haja vista o processo de exploração-dominação a que estão submetidas as mulheres nessa sociabilidade burguesa já nos sinalizar motivações reais que fundamentam essa subalternidade historicamente engendrada e nos apontar caminhos que merecem ser analisados à luz da teoria marxista no sentido de se enfrentar essa expressão da Questão Social em mulheres (Batalha e Cavalcante, 2022, p. 4).

Sob a visão de Matos e Albuquerque (2024), pode-se considerar a análise de que as mulheres, dentro dessa sociabilidade que cerceia a sua liberdade, vivem em situações de sofrimento biopsicossocial, identificados como elevados índices de depressão, crises de

ansiedade e risco de suicídio. Em suas investigações com mulheres acompanhadas pelo Ambulatório de Prevenção ao Suicídio (APAS), foram apresentados que as maiores taxas de tentativa de suicídio são direcionadas ao público feminino, o que gera uma necessidade de atenção para sua carga mental produzidas pela divisão sociosexual e racial do trabalho, bem como pelos valores e práticas sociais articuladas pelo sistema capitalista, patriarcal e racista.

Nessa perspectiva a autora Passos (2023), destaca que na lógica capitalista as atividades feitas com o objetivo de atender as necessidades das pessoas “foram designadas para mulheres como componentes da “natureza” feminina, sem valor de troca e com status de atividade subalterna, posto que o seu objetivo é de possibilitar a reprodução dos modos de vida social.” E assim se instaurou nas relações societárias o “cuidado feminino” (p. 40).” Uma realidade que está sempre imposta para as mulheres e que determina o sofrimento delas. (Matos e Albuquerque, 2024, p. 10),

Considerado a relação entre os artigos apresentados para articulação da pesquisa bibliográfica, bem como o material de apoio que facilita a compreensão acerca da contextualização teórica da configuração dos papéis impostos às mulheres na sociabilidade capitalista, é possível perceber a dinâmica de afirmações de um modo de vida que sugere consequências para a saúde das mulheres, principalmente no que diz respeito a sua saúde mental. Nesse sentido, é observado os espaços que as mulheres foram colocadas socialmente, bem como a privação ou inexistência de alternativas que auxiliem as mulheres a conciliarem as demandas socialmente atribuídas a elas.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo buscou analisar quais são as consequências que as múltiplas jornadas de trabalho trazem para a saúde mental das mulheres no Brasil, trazendo, em específico, algumas particularidades de Natal, capital do Rio Grande do Norte. Partindo do objetivo da pesquisa, realizou-se a discussão do trabalho como categoria central para entender as relações sociais mediadas pelo capitalismo. Nesse sentido, o artigo utiliza a discussão das relações sociais de sexo, classe e raça, apresentadas pelas autoras Danièle Kergoat e Helena Hirata, além de outros autores/as que abordam o tema. Do mesmo modo, buscou entender como as relações sociais de sexo está diretamente associada a organização da sociedade em considerar o homem como o provedor, vinculado ao trabalho produtivo, e a mulher, cuidadora da família, associada a esfera reprodutiva. Em suma, a divisão sexual do trabalho, como um conceito de diferenciação de tarefas produtivas e reprodutivas, se faz presente e é imprescindível na discussão do tema. Sob esse aspecto, é possível compreender o lugar da mulher em uma sociedade capitalista, patriarcal e racista, o que configura em um cenário de

maior exploração e precarização do trabalho profissional e, no que se refere ao trabalho de cuidados, uma maior opressão e sobrecarga no bem-estar físico e mental.

No que diz respeito à saúde mental, permitiu-se analisar, como exposto acima, situações de estresse, altos níveis de quadros de ansiedade e depressão, além de relatos de insatisfação com as áreas da vida no contexto familiar e profissional, gerados pela sobrecarga de demandas impostas pelo trabalho formal e de cuidados não remunerado. A afirmação é comprovada através das entrevistas expostas pelos artigos do ENPESS, CBAS, Google acadêmico e SciELO, como também pela pesquisa apresentada pela Think Olga e pelo levantamento de diagnósticos de depressão efetuado pela VIGITEL, sob a perspectiva dos indicadores em Natal/RN. O material exposto através da ONG Think Olga e o levantamento pela VIGITEL, são fontes importantes e necessárias, que apresentam dados concretos sobre diagnóstico de depressão em mulheres, o que indica uma relação de descontentamento das mulheres em decorrência das situações de sobrecarga, desvalorização do seu trabalho e naturalização dos papéis atribuídos a elas por meio da divisão sexual do trabalho.

Sob a ótica de investigação dos dados obtidos pelas pesquisas, entrevistas e relatório é notório que as múltiplas jornadas impactam diretamente a saúde mental do público feminino. Essas múltiplas jornadas são objetivamente ligadas e é resultado do modo de produção capitalista articulado com a divisão sexual do trabalho sob uma perspectiva racista e patriarcal, que mescla opressão, exploração, desigualdade e subalternidade. Nesse sentido, o trabalho da mulher, tanto o formal quanto o de cuidados, não é valorizado. Para garantir um maior acúmulo de capital e geração de lucros enquanto reduz seus custos, o sistema capitalista se apropria da exploração, principalmente das mulheres, via precarização do trabalho formal e desvalorização do trabalho reprodutivo, este sendo essencial para a produção da força de trabalho, sustentando o sistema, mas não sendo considerado trabalho por não gerar lucro.

A saúde mental não deve ser pensada de forma deslocada de outros setores da vida. Os dados obtidos comprovam que as mulheres se sentem sobrecarregadas e apresentam os motivos que as levam a quadros de doenças ou situações que afetam a sua saúde mental, como os índices de pobreza, a vivência em uma sociabilidade racista e patriarcal, a sobrecarga das atividades de cuidado e desvalorização nos diversos âmbitos da sua vida. Portanto, é visto a necessidade de se pensar em alternativas que possam garantir melhores condições sob os aspectos apresentados, como uma articulação de políticas públicas, ações da sociedade civil, ações do setor privado e setor público (Think Olga, 2023). Embora, como afirma Bhattacharya (2019), as políticas públicas voltadas para atender os interesses da classe trabalhadora, não são lucrativas, pois prejudicam a acumulação, logo, não é do interesse do

sistema o acesso a direitos. No caso em específico do tema exposto, não é do interesse do capital articular melhores condições para as situações de precarização, informalidade e exploração do trabalho profissional e de cuidados realizado pelas mulheres.

Sendo os determinantes sociais relacionados à saúde mental expressões contraditórias da sociabilidade capitalista que compõem a questão social (Silva, 2024), o Serviço Social se coloca como uma profissão requisitada para uma intervenção que considere a realidade dos/as usuários/as, condições de saúde no geral, educação, trabalho e vínculo social, principalmente por ser uma profissão direcionada por um Projeto Ético-Político, com influências da luta antimanicomial e Reforma Psiquiátrica. Por isso, a análise das condições apresentadas pelos/as usuários/as é de relevância para a área de atuação do Serviço Social no âmbito da saúde mental. Nesse sentido, a profissão se insere na realidade social brasileira, atuando no combate das expressões da questão social, objeto de atuação do Serviço Social, manifestadas na pobreza, desemprego, trabalho precarizado, violência, discriminação, violação de direitos, entre outros. Logo, a atuação da profissão perpassa na área de saúde mental, cumprindo suas atribuições através de uma intervenção contínua, articulada junto a equipe multiprofissional, desenvolvendo estratégias no combate das expressões da questão social (Coutinho, 2025).

## REFERÊNCIAS

ALVES, Tahiana. **Sofrimento psíquico na totalidade capitalista: experiências de mulheres.** SciELO Preprints, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4674>. Submetido em: 28 ago. 2022. Postado em: 31 ago. 2022.

A VERDADE. **Natal é a cidade com maiores taxas de depressão do Nordeste.** A Verdade, 15 abr. 2024. Disponível em: <https://averdade.org.br/2024/04/natal-e-a-cidade-com-maiores-taxas-de-depressao-do-nordeste/>. Acesso em: 20 set. 2025.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 32, n. 1, p. 1-20, 2024.

BATALHA, Ariadna Nunes Aguiar; CAVALCANTE, Lidiany de Lima. **Reflexões sobre a saúde mental na sociabilidade capitalista: o suicídio como questão social de gênero.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 17., 2022, Brasília/DF. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina. Brasília/DF: CFESS, 2022. p. 1-1293. Disponível em: <https://cbas.silvaebrisch.com.br/uploads/finais/0000000824.pdf>. Acesso em: 18 maio 2025.

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia política: uma introdução crítica.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

CARDOSO, Lucilene; VIEIRA, Mariana Verderoce; RICCI, Maira Aparecida Malagutti; MAZZA, Rafael Severio. **Perspectivas atuais sobre a sobrecarga do cuidador em saúde mental.** Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 46, n. 2, p. 513-517, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reeusp/a/PwJ4DYfpkR6QsSL8KvKyw/?format=html&lang=pt|BVS>. Acesso em: 01 maio 2025.

COSTA, Cecília Maria Valter. **O fortalecimento do patriarcado e a desvalorização do trabalho de cuidado no capitalismo.** [S.l.]: [s.n.], [2025?]. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0003-3948-5204>. Acesso em: 18 jul. 2025.

CRUZ, Fernando Luiz dos Santos Nunes da; BATISTA, Vinícius José; SELPIS, Adriano Nicolau; et al. **“Não tenho onde deixá-la durante o dia”: o serviço social e o cuidado em saúde mental.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 17., 2022, Brasília/DF. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina. Brasília/DF: CFESS, 2022. p. 1-1293. Disponível em: <https://cbas.silvaebrisch.com.br/uploads/finais/0000000624.pdf>. Acesso em: 18 maio 2025.

DANTAS, Sarah Karoline Farias. **Por que elas enlouquecem? Reflexões críticas feministas acerca do sofrimento biopsicossocial de mulheres.** Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, v. 16, n. 1, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/748>. Acesso em: 26 maio 2025.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – RIO GRANDE DO NORTE. **Observatório do Trabalho e Políticas Sociais do RN – Indicadores.** Disponível em: <https://riograndedonorte.dieese.org.br/indicadores/>.

DESINSTITUTE. **Desinstitucionalização – Da saída do manicômio à vida na cidade: estratégias de gestão e de cuidado.** Brasília: s.n., 2023. 130 p. ISBN 978-65-996043-1-7.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho.** Tradução de Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

KERGOAT, Danièle. **Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais.** Tradução de Antonia Malta Campos. Novos Estudos – CEBRAP, São Paulo, n. 86, p. 93-100, mar. 2010.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo.** In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIERI, Danièle (Orgs.). Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 67-75.

LOYOLA, Paulo Ricardo Gontijo. **Valor e mais-valia: examinando a atualidade do pensamento econômico de Marx.** Argumentos, ano 1, n. 2, p. 130-138, 2009. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3519/1/2009\\_Art\\_PRGLoyola.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/3519/1/2009_Art_PRGLoyola.pdf).

MACHARET, Fernanda Fortini. **Cuidado, sobrecarga de gênero e reforma psiquiátrica: reflexões sobre a incorporação do problema na embrionária Política Nacional de Cuidados.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL. Anais [...]. [S.l.]: [s.n.], [s.d.]. Acesso em: 8 jul. 2025.

MATOS, Rachel Araujo de; ALBUQUERQUE, Cynthia Studart. **As interfaces dos resultados de pesquisas na área de saúde mental de mulheres e seus determinantes sociais.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 18., 2024, Fortaleza/CE. Anais do 18º ENPESS: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades. Fortaleza/CE: ABEPSS, 2024. p. 1-10. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/04204.pdf>. Acesso em: 18 maio 2025.

OLGA, Think. **Esgotadas: o empobrecimento, a sobrecarga de cuidado e o sofrimento psíquico das mulheres.** São Paulo: **Think Olga**, 2023. Disponível em: <https://lab.thinkolga.com/wp-content/uploads/2023/10/LAB-Esgotadas-4out-1.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2025.

PEREIRA, Danielly Camilly da Silva. **A responsabilização das mulheres no trabalho de cuidado com a pessoa idosa.** In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), 18., 2024, Fortaleza/CE. Anais do 18º ENPESS: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades. Fortaleza/CE: ABEPSS, 2024. p. 1-10. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/02548.pdf>. Acesso em: 18 maio 2025.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

RIBEIRO, Andressa de Freitas. **Taylorismo, fordismo e toyotismo**. São Paulo: Lutas Sociais, v. 19, n. 35, p. 65-79, jul./dez. 2015. DOI: 10.23925/lis.v19i35.26678.

ROCHA, Camila Carduz. **Divisão sexual do trabalho e força de trabalho da mulher no capitalismo**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL – ENPESS, 2018, Vitória - ES. Anais [...]. [S.l.]: [s.n.], 2018.

SILVA, Japson Gonçalves Santos. **Interfaces entre serviço social e saúde mental: notas acerca do trabalho profissional do(a) assistente social nos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS**. Revista Foco, Vila Velha, v. 17, n. 8, p. 1–15, jul./ago. 2024. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/download/5859/4254/13605>. Acesso em: 14 nov. 2025. DOI: [10.54751/revistafoco.v17n8-048](https://doi.org/10.54751/revistafoco.v17n8-048).

SOUZA, Juciara Gomes de Matos; SOUZA, Anna Beatriz Valentim de. **Mulheres e mercado de trabalho: uma análise sobre a precarização do trabalho feminino**. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, v. 16, n. 1, 2019. Disponível em: <https://broseguini.bonino.com.br/ojs/index.php/CBAS/article/view/1874>. Acesso em: 26 maio 2025.

TIBURTINO, Lidiane Cavalcante; SILVA, Jaciara dos Santos. **Gênero e trabalho: algumas aproximações para compreensão dos adoecimentos decorrentes do trabalho**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 17., 2022, Brasília/DF. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais: Crise do capital e exploração do trabalho em momentos pandêmicos: repercussão no Serviço Social, no Brasil e na América Latina. Brasília/DF: CFESS, 2022. p. 1-1293. Disponível em: <https://cbas.silvaebrisch.com.br/uploads/finais/0000000185.pdf>. Acesso em: 18 maio 2025.

VIGITEL BRASIL 2023. **Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico**. Brasília: Ministério da Saúde, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigitel/vigitel-brasil-2023-vigilancia-de-fatores-de-risco-e-protecao-para-doencas-cronicas-por-inquerito-telefonico/>.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em tempos de degradação do trabalho humano, sob o domínio do capital financeiro**. Serviço Social em Revista, Londrina, v. 21, n. 1, p. 183-194, 2018. DOI: 10.5433/1679-4842.2018v21n1p183. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/35215>. Acesso em: 11 nov. 2025.